

## A FORMAÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA: CONTRADIÇÕES ENTRE CRESCIMENTO ECONÔMICO, EXCLUSÃO SOCIAL E DEPENDÊNCIA ESTRUTURAL: UMA VISÃO DOS SÉCULOS XVI AO XX

**Herbert Henry Silva Carmo**

Mestrando - MAPP/UFC. Professor/Tutor Universidade Estadual do Ceará.

<https://orcid.org/0009-0006-4943-9454>

E-mail: [herbert.henry@uece.br](mailto:herbert.henry@uece.br)

**Maria Cleivany Coelho Ferreira**

Doutora em Educação. Professora da Rede Municipal de Fortaleza.

<https://orcid.org/0009-0000-4263-2063>

<http://lattes.cnpq.br/4343085930501179>

E-mail: [cleivanycoelho@gmail.com](mailto:cleivanycoelho@gmail.com)

**Liana Karla de Aquino Gomes**

Especialista. Professora da Rede Municipal de Fortaleza

<https://orcid.org/0009-0000-9189-4879>

E-mail: [gomesliana1@gmail.com](mailto:gomesliana1@gmail.com)

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N1-02>

**RESUMO:** O presente artigo propõe uma análise crítica da formação da nação brasileira desde os tempos do mercantilismo colonial até a consolidação do capitalismo periférico no século XX. O estudo discute os ciclos econômicos coloniais, como o do açúcar e do ouro, abordando suas implicações sociais, a estrutura fundiária concentrada e o papel do trabalho escravizado na organização econômica. Com base em autores como Celso Furtado, Emília Viotti da Costa e José Murilo de Carvalho, a pesquisa problematiza as limitações do processo de independência e a manutenção das desigualdades na Primeira República. A investigação também incorpora conceitos da macroeconomia e indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB), balança de pagamentos e dívida externa, buscando relacionar crescimento econômico com a ausência de desenvolvimento social. Ao explorar as contradições entre modernização e exclusão, destaca-se o papel marginalizado da população nos processos decisórios, tanto políticos quanto econômicos, e a centralização do poder nas mãos das oligarquias. A Revolução de 1930 é apresentada como um divisor de águas, marcando a transição para um novo modelo de Estado, com maior presença na regulação da vida social e econômica. O artigo visa, portanto, compreender a trajetória brasileira sob uma perspectiva crítica e multidimensional, articulando história, economia e sociedade na constituição do Estado nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação nacional. Primeira República. Desenvolvimento econômico.

## THE FORMATION OF THE BRAZILIAN NATION: CONTRADICTIONS BETWEEN ECONOMIC GROWTH, SOCIAL EXCLUSION AND STRUCTURAL DEPENDENCE: A VIEW FROM THE 16TH TO THE 20TH CENTURIES

**ABSTRACT:** This article proposes a critical analysis of the formation of the Brazilian nation from the times of colonial mercantilism to the consolidation of peripheral capitalism in the 20th century. The study discusses colonial economic cycles, such as the sugar and gold booms, addressing their social implications, the concentrated land structure, and the role of enslaved labor in economic organization. Drawing on authors such as Celso Furtado, Emília Viotti da Costa, and José Murilo de Carvalho, the research problematizes the limitations of the independence process and the persistence of inequalities during the First Republic. The investigation also incorporates macroeconomic concepts and indicators such as Gross Domestic Product (GDP), balance of payments, and external debt, seeking to relate economic growth to the absence of social development. By exploring the contradictions between modernization and exclusion, it highlights the marginalized role of the population in decision-making processes, both political and economic, and the centralization of power in the hands of oligarchies. The 1930 Revolution is presented as a watershed moment, marking the transition to a new state model with a greater presence in regulating social and economic life. This article therefore aims to understand Brazil's trajectory from a critical and multidimensional perspective, articulating history, economy, and society in the constitution of the national state.

**KEYWORDS:** National formation. First Republic. Economic development.

### INTRODUÇÃO

A formação da nação brasileira não se deu de forma linear ou homogênea. Ao contrário, resultou de processos históricos marcados pela exploração colonial, pela escravidão, pela concentração de terras e pela adoção de um modelo econômico dependente de interesses externos. Desde os primeiros ciclos produtivos – como o do açúcar e do ouro – até a consolidação do café como motor da economia no século XIX, a estrutura social brasileira permaneceu excludente e desigual, alimentando dinâmicas que favoreceram as elites agrárias e marginais ao desenvolvimento popular.

Nesse contexto, a transição do Brasil colônia à condição de nação independente, e posteriormente à República, não rompeu com os mecanismos de dominação e subordinação impostos desde a colonização. A independência política, proclamada em 1822, e a Proclamação da República, em 1889, foram marcos importantes, mas insuficientes para alterar de maneira significativa os pilares econômicos e sociais

herdados do período colonial. A elite agrária continuou controlando o acesso à terra, ao poder político e aos recursos econômicos, impedindo que a modernização econômica se traduzisse em desenvolvimento social inclusivo.

Este trabalho busca avaliar a formação da nação brasileira desde os antecedentes do mercantilismo colonial até a consolidação do capitalismo periférico, explorando as características estruturais que moldaram sua trajetória econômica, política e social. O estudo examina também as influências exógenas e endógenas que determinaram os rumos do país, com base em conceitos macroeconômicos, na análise do balanço de pagamentos e na leitura crítica das exclusões políticas vivenciadas na Primeira República. A proposta é compreender, sob diferentes óticas, os caminhos que o Brasil percorreu até se constituir como Estado nacional, destacando os limites, rupturas e continuidades do seu processo de formação.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **UMA AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA**

A formação da nação brasileira é marcada por uma trajetória complexa de dominação colonial, exploração econômica e adaptação política.

O ciclo do açúcar, por exemplo, concentrou fortemente a renda e a estrutura social, configurando um modelo de desenvolvimento voltado para o exterior, que impediu o surgimento de um mercado interno mais robusto e de certa forma mais competitivo (Furtado, 2017).

Essa lógica de dependência marcou os primeiros séculos da economia colonial e ecoaria nos séculos seguintes, mesmo com mudanças nos produtos de exportação.

Segundo Furtado (2017), “o crescimento com base no impulso externo não originou processo de desenvolvimento de autopropulsão”. Isso significa que a economia colonial brasileira estava sujeita a fatores exógenos, e as elites locais pouco tinham interesse em fomentar um modelo econômico autônomo. A prioridade era manter os laços com a metrópole, garantindo os lucros advindos do comércio internacional.

A economia mineradora do século XVIII representou um momento de interiorização da economia e de articulação com novas regiões, como o sul e o centro-oeste, sem, no entanto, promover uma estrutura de desenvolvimento interno. A descoberta do ouro causou uma verdadeira corrida populacional, intensificando a urbanização em regiões como Vila Rica e o Arraial do Tejuco, que se transformaram em centros administrativos e econômicos (Furtado, 1999). No entanto, a concentração da renda e o uso massivo do trabalho escravo mantiveram as desigualdades.

Segundo o Furtado (1999), *“Em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução tão rápida e tão completa de um sistema econômico constituído por população principalmente de origem europeia”*. Desta forma, percebe-se como o sistema de exploração no Brasil foi declarado desde seu princípio.

Durante o século XIX, com a crise do sistema colonial e a emergência de novos mercados, o Brasil passou a experimentar transformações mais profundas. A independência política, em 1822, não significou uma ruptura com os modelos econômicos coloniais, mas sim uma adaptação às novas exigências do capitalismo internacional. A expansão da lavoura cafeeira, concentrada no Sudeste, ilustra essa nova fase. A cafeicultura, embora altamente lucrativa, foi sustentada por estruturas arcaicas, como o latifúndio e o trabalho escravo (Furtado, 2017).

Emília Viotti da Costa explica que a Lei de Terras de 1850 consolidou o poder dos grandes proprietários, impedindo que imigrantes e pequenos produtores tivessem acesso à terra, pois exigia a compra como única forma de aquisição. Isso demonstra como a estrutura fundiária brasileira foi moldada para impedir a democratização da terra e preservar os interesses das elites agrárias.

O capitalismo no Brasil, portanto, se desenvolveu de maneira restrita, sustentando-se em uma lógica de exclusão. Diferente dos Estados Unidos, que adotaram o *Homestead Act* em 1862 como instrumento de distribuição de terras, o Brasil optou por uma política que impedia o acesso da população pobre à propriedade da terra. Isso contribuiu para a perpetuação da desigualdade social e a concentração da riqueza.

A esse respeito, a isso, Viotti observa que “*A política de terras no Brasil não apenas consolidou o poder dos latifundiários, como também serviu como instrumento para manter a população pobre afastada dos benefícios do progresso.*” Desta forma esta estratégia foi essencial para garantir o controle da mão de obra, especialmente no contexto da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado no final do século XIX.

Ao se comparar os modelos de desenvolvimento dos Estados Unidos e do Brasil, percebe-se uma diferença crucial na organização do território e na distribuição de oportunidades. Enquanto os EUA investiram em ferrovias, bancos e manufaturas, criando uma base industrial sólida, o Brasil permaneceu preso a uma estrutura primário-exportadora (Viotti, 2010). As tentativas de modernização foram, em grande parte, limitadas pela ausência de uma burguesia nacional comprometida com o progresso interno.

A economia açucareira, que dominou o cenário colonial por mais de dois séculos, também contribuiu para essa dependência externa. A maior parte dos lucros era remetida à metrópole ou absorvida pelo consumo de artigos importados, o que impedia a formação de capital interno (Furtado, 2017). A economia era dinâmica, mas não autônoma, e isso comprometeu sua capacidade de gerar um ciclo sustentável de crescimento.

Segundo Furtado, “*A ocupação da mão-de-obra – obras de construção, abertura de novas terras, melhoramentos locais, prestação de serviços pessoais – não cria fluxo de renda monetária*”. Isso mostra como as atividades internas não geravam excedentes que pudessem ser reinvestidos em outros setores, o que limita a formação de uma economia diversificada.

A estrutura social brasileira, desde os primórdios coloniais, foi marcada pela desigualdade e pela exclusão. A concentração de terras, a marginalização dos indígenas e a escravidão de africanos foram os pilares dessa sociedade. O modelo econômico dependente não apenas moldou a economia, mas também os padrões culturais e políticos que sobreviveram à independência e se perpetuaram na República (Viotti, 2010).

A transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, embora fundamental para a inserção do Brasil no capitalismo industrial, foi realizada sem ruptura das estruturas

anteriores. A imigração europeia, incentivada após a abolição, serviu para manter os baixos custos da mão de obra, perpetuando a lógica da exploração e da concentração fundiária (Furtado, 2017).

Além disso, a ausência de uma reforma agrária, combinada com políticas públicas voltadas apenas às elites, reforçou a pobreza estrutural no campo. O Estado brasileiro, desde sua formação, serviu como instrumento das elites para manutenção de seus privilégios, em vez de promover a justiça social e o desenvolvimento equitativo (Viotti, 2010).

A política de terras implementada no século XIX, apesar de aparentar um esforço de regulamentação, foi, na prática, uma forma de conter o acesso da população à cidadania plena. A terra, símbolo de poder econômico e político, foi sistematicamente negada às classes populares. Isso comprometeu a formação de um campesinato forte, como ocorreu em outras nações (Viotti, 2010).

É válido ressaltar que o processo de industrialização no Brasil, ainda que tardio e limitado, só ganha impulso significativo no século XX, especialmente a partir da década de 1930. Até então, o país mantinha uma estrutura econômica centrada no setor primário e nas exportações de commodities, o que o deixava vulnerável às crises externas (Furtado, 2017).

Assim, compreendemos que a formação da nação brasileira não se deu por um projeto de emancipação econômica e social, mas por uma sucessão de acomodações aos interesses externos e das elites internas. A história econômica do Brasil é marcada por ciclos de crescimento que não geram transformações estruturais profundas. A dependência e a desigualdade permanecem como marcas dessa trajetória.

## **A CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA E OS PARADOXOS DA MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA**

A Primeira República brasileira nasceu sob o signo da contradição: proclamada por militares sem apoio popular direto, consolidou-se como um regime que excluía a maior parte da população das decisões políticas. José Murilo de Carvalho analisa essa



exclusão por meio da metáfora dos “três povos”: o das ruas, das urnas e das estatísticas. Apesar do discurso civilizatório e modernizador, a participação popular foi limitada e, frequentemente, reprimida, o que revela o abismo entre os ideais republicanos e a realidade social do país.

“Na Primeira República, o Brasil conheceu uma órbita política que mais se distanciou da democracia, com um sistema de poder que privilegiava as elites estaduais e marginalizava os demais setores da sociedade” (Carvalho, 2007). Essa frase sintetiza o cenário excludente em que se erigiu o novo regime, no qual a cidadania era restrita e o poder era centralizado nas mãos das oligarquias agrárias.

Esse modelo político se alinhava a um projeto econômico igualmente excludente. Enquanto o país passava por transformações urbanas e sanitárias – como as reformas promovidas por Pereira Passos e Oswaldo Cruz –, as estruturas produtivas continuavam ancoradas na exportação de produtos primários e na concentração fundiária. Dados do período revelam que apenas 9% dos que trabalhavam na agricultura eram proprietários de terra, e que 63% da área rural estava concentrada nas mãos de apenas 4% dos estabelecimentos (Carvalho, 2007).

Segundo José Murilo de Carvalho (2007),

os coronéis da República, cerca de 180 mil médios e grandes proprietários, exerciam forte influência nos municípios e, indiretamente, nos estados e na União, formando a base do coronelismo que sustentava o sistema (Carvalho, 2007).

Percebe-se que essa estrutura de poder impediu reformas mais inclusivas e comprometeu qualquer tentativa de desenvolvimento social equilibrado.

Nesse cenário, o crescimento econômico não se traduziu automaticamente em desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento vai além da simples expansão do PIB – envolve qualidade de vida, distribuição de renda e inclusão social. A ausência desses elementos evidencia os limites do modelo adotado no período republicano. Conforme os conceitos de macroeconomia, o crescimento é medido pela variação do PIB real, mas isso não garante avanços em termos de justiça social (Mankiw, 2010).

Ao comparar crescimento e desenvolvimento, é necessário lembrar que o Brasil da Primeira República apresentava taxas de crescimento agrícola e urbano, mas sem romper com a estrutura social excludente herdada do período colonial. Segundo os dados macroeconômicos do IBGE, o PIB real acumulado em 2024 cresceu 3,4%, porém, indicadores como o PIB per capita (R\$ 47.802,02) ainda refletem desigualdades profundas (IBGE, 2024).

A precariedade da infraestrutura institucional também se reflete na balança de pagamentos. O país recorria constantemente ao capital externo, muitas vezes para cobrir déficits em transações correntes ou para sustentar políticas cambiais artificiais. A vulnerabilidade externa era alta, e a dívida externa crescia sob influência de fatores como risco cambial, taxa de juros internacional e baixa competitividade dos produtos nacionais (Banco Central do Brasil, 2023).

Conforme o BPM6, “o Balanço de Pagamentos sumariza transações econômicas e financeiras entre residentes e não residentes ao longo de um período” (BCB, 2023, p. 2). A análise dessas contas revela a dependência do Brasil em relação ao capital estrangeiro, bem como os efeitos de choques externos sobre a economia interna, como oscilações na taxa de câmbio e fuga de capitais.

Essa dependência estrutural também limitava a soberania econômica. Com reservas internacionais reduzidas, o país ficava exposto às oscilações do mercado financeiro global. Além disso, a ausência de uma política industrial sólida impedia a diversificação da economia e a redução das importações. Assim, mesmo com crescimento, a base produtiva continuava vulnerável às mudanças externas.

Na perspectiva de Maria da Conceição Tavares, “a economia que não se preocupa com a justiça social é uma economia que condena os povos à brutal desconcentração de renda e de riqueza, com desemprego e miséria” (Roda Viva, 1995). Esse pensamento ajuda a compreender como o modelo econômico da Primeira República, ao não priorizar inclusão social, resultou em tensões políticas e manifestações populares como a Revolta da Vacina e a Revolta da Chibata.



Essas manifestações populares – o “povo da rua”, segundo José Murilo de Carvalho – revelam um país em ebulição, onde o progresso material não se traduziu em inclusão cidadã. As reformas urbanas e sanitárias avançavam, mas as políticas públicas ignoravam as camadas populares. A violência do Estado, como vista em Canudos, Contestado e na repressão às greves operárias, escancarava o autoritarismo do regime (Carvalho, 2007).

Apesar das restrições políticas, houve tentativas de organização popular. As greves operárias entre 1917 e 1919, com destaque para a greve geral em São Paulo, mostraram a força dos movimentos sociais e o desejo de participação política. Porém, o sistema eleitoral vigente – excludente e manipulado – limitava qualquer avanço institucional. A ausência de sufrágio universal impediu que essas demandas fossem incorporadas ao sistema político.

A Constituição da época excluía analfabetos, mulheres e menores de 21 anos, o que restringia o eleitorado a cerca de 10% da população. Esse dado evidencia o descompasso entre os ideais republicanos e sua prática. O voto era controlado pelas oligarquias por meio de práticas como o voto de cabresto, dificultando qualquer mudança estrutural no poder (Carvalho, 2007).

Esse contexto de exclusão política e dependência econômica formou um ciclo vicioso: a ausência de reformas sociais impedia o fortalecimento do mercado interno, o que, por sua vez, mantinha o país dependente das exportações. A política econômica, subordinada aos interesses das elites, priorizava o equilíbrio fiscal e a manutenção do padrão-ouro, em detrimento de investimentos sociais.

O Balanço de Pagamentos, analisado sob o BPM6, mostra que os déficits em conta corrente eram muitas vezes cobertos por investimentos de curto prazo, atraídos por altas taxas de juros. Contudo, esses fluxos eram voláteis e expunham a economia a crises cambiais recorrentes, como ocorreu em diversas ocasiões ao longo do século XX (Banco Central do Brasil, 2023).

Ao se observar a composição do PIB da época, nota-se a predominância do setor primário, com destaque para a agricultura voltada à exportação. O consumo das famílias

e os investimentos públicos eram limitados, o que restringia o dinamismo econômico. O gasto do governo concentrava-se em áreas urbanas e em projetos de modernização simbólica, como o Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em detrimento de investimentos em educação, saúde e infraestrutura rural.

A tentativa de modernização econômica na Primeira República, portanto, foi marcada por contradições profundas. Embora houvesse crescimento urbano e maior articulação com o mercado internacional, a exclusão social e a concentração de renda impediram a consolidação de um projeto nacional de desenvolvimento. O Estado servia mais aos interesses das oligarquias do que às necessidades da população.

A ruptura viria apenas com a Revolução de 1930, que, ao contrário do golpe de 1889, teve caráter nacional e contou com apoio de diversos setores sociais. Foi somente nesse momento que o Estado passou a se apresentar como agente do desenvolvimento e da mediação social. Ainda que de forma incipiente, surgiam políticas voltadas para o trabalhador e para o fortalecimento do mercado interno, sinalizando uma nova fase da história econômica e social do Brasil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A trajetória de formação da nação brasileira revela um processo profundamente marcado por contradições estruturais, no qual o crescimento econômico não caminhou pari passu com a inclusão social. Desde os primórdios da colonização, com a adoção do modelo agroexportador e da escravidão como base da produção, até a consolidação da Primeira República, observa-se a permanência de uma elite econômica e política concentradora de poder e de recursos.

Mesmo com os avanços institucionais promovidos pelas rupturas políticas do século XIX, como a independência e a Proclamação da República, as mudanças não alteraram de forma significativa os fundamentos da desigualdade social e econômica. A exclusão da maioria da população dos processos decisórios e dos benefícios da modernização impediu a construção de uma cidadania plena, dificultando a consolidação de um projeto nacional verdadeiramente democrático e autônomo.

A análise dos dados macroeconômicos, do balanço de pagamentos e da estrutura fundiária corrobora a tese de que o Brasil ingressou no capitalismo sob a lógica da dependência e da subordinação às dinâmicas internacionais. O Estado, ao longo desse percurso, atuou mais como defensor dos interesses das oligarquias do que como promotor do bem-estar coletivo.

Compreender esse passado é essencial para pensar o presente e o futuro. Reconhecer os limites da nossa formação é o primeiro passo para superar as desigualdades históricas e construir políticas públicas voltadas para um desenvolvimento que seja, de fato, econômico, social e humano.

## REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Reservas Internacionais e Estatísticas do Setor Externo – BPM6*. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidade/financeira/reservasinternacionais>. Acesso em: 17 jul. 2025.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os três povos da República*. In: \_\_\_\_\_. *Progresso e religião: a república no Brasil e em Portugal (1889–1910)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007. p. 131.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. Capítulo 4 – Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Capítulos 8 a 12.
- FURTADO, Celso. *Economia Escravista Mineira*. In: MAPP – Capítulos 12 a 15. 1999. (Material didático digital - slides).
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- IBGE. *Contas Nacionais Trimestrais – Quarto Trimestre de 2024*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 jul. 2025.
- MANKIW, N. Gregory. *Macroeconomia*. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
- TAVARES, Maria da Conceição. Entrevista concedida ao programa *Roda Viva*. São Paulo: TV Cultura, 1995.

Submissão: setembro de 2025. Aceite: outubro de 2025. Publicação: janeiro de 2026.